

“O QUE NÓS QUEREMOS QUE AS NOSSAS RAPARIGAS SEJAM”, DE HILDA CORREIA, OU O ARQUÉTIPO DA MULHER IDEAL NO ESTADO NOVO

Cláudia Guiomar Marinho (UTAD)

Fernando Alberto Torres Moreira (UTAD / CICANT / CEL)

ABSTRACT

At the end of the Second World War, Portugal still maintained its identity as a transcontinental empire. The organizations created in the meantime by the Estado Novo played a significant role in constructing a colonial narrative that helped legitimize this perspective. Mocidade Portuguesa Feminina was one of them. With a nationalist inspiration, it was created in 1937 with the aim of shaping the behaviour of children and young girls, especially those related to the positively evaluated qualities of housewife, wife and mother. Based on one of the periodicals designed to serve as a tool for propaganda and information control - the *Boletim Mensal* da Mocidade Portuguesa Feminina - this article seeks, on the one hand, to publicize some of the publication's characteristics and, on the other, to establish the model of woman promoted by the regime through the magazine in question, based on a set of articles written by contributor Hilda Correia, entitled 'What we want our girls to be'; This choice is justified with the aim of obtaining a more robust analysis, and also because it embodies the archetype of the Estado Novo woman with the social role that the members were expected to fulfil. Given the relevance of the topic and the innovative approach, using the qualitative method and content analysis, the aim of this text is to analyze how women are represented in different contexts, in the period from May 1939 to April 1947. To this end, a historical and cultural background to the publication is first analyzed in order to understand the specific details of the selected passages. This is followed by an analysis of the compilation of articles describing the characteristics of excellence desirable for a girl in Mocidade Portuguesa Feminina, using the illustrations used to promote and support a certain set of stereotypes associated with the female sex. Finally, a reflection on the implications of this model for the history and culture of Portugal is presented.

Keywords: Portugal; Estado Novo; Mocidade Portuguesa Feminina; woman.

RESUMO

No desfecho da II Guerra Mundial, Portugal sustentava ainda a sua identidade como um império transcontinental. As organizações, entretanto criadas pelo Estado Novo, desempenharam um papel significativo na construção de uma narrativa colonial que ajudou a legitimar essa perspectiva. A Mocidade Portuguesa Feminina foi uma delas. De inspiração nacionalista, foi criada em 1937, com o objetivo de moldar os comportamentos de crianças e jovens raparigas, especialmente aqueles relacionados com as qualidades de dona de casa, esposa e mãe, avaliadas positivamente. Tendo por base um dos periódicos concebidos para servir de ferramenta à propaganda e controle da informação – o *Boletim Mensal* da Mocidade Portuguesa Feminina – este artigo procura, por um lado, dar a conhecer algumas características da publicação, e, por outro, estabelecer o modelo de mulher promovido pelo regime através da revista em causa a partir de um conjunto de artigos escritos pela colaboradora Hilda Corrêa, com o título “O que nós queremos que as nossas raparigas sejam”; tal escolha justificava-se com o objetivo de obter uma análise mais robusta, e ainda, porque consubstancia o arquétipo de mulher do Estado Novo com o papel social que as filiadas deveriam cumprir. Pela relevância do tema e pela abordagem inovadora, através do método qualitativo e da análise de conteúdo, o objetivo deste texto é analisar como a mulher é representada em diferentes contextos, no espaço de tempo que vai desde maio de 1939 a abril de 1947. Com este intuito efetua-se, em primeiro lugar, um enquadramento histórico e cultural dessa publicação a fim de compreender os detalhes específicos das passagens selecionadas. De seguida, procede-se a uma análise da compilação de artigos que descrevem as características de excelência desejáveis para a rapariga da Mocidade Portuguesa Feminina, com recurso às ilustrações utilizadas para promover e sustentar um determinado conjunto de estereótipos associados ao sexo feminino. Por fim, apresenta-se uma reflexão sobre as implicações desse modelo para a história e a cultura de Portugal.

Palavras-chave: Portugal; Estado Novo; Mocidade Portuguesa Feminina; mulher.

Recebido em 11 de novembro de 2024.

Aceite em 14 de janeiro de 2025.

DOI: 10.58155/revistadeletras.v2i1.563

Introdução

A cultura portuguesa contemporânea compreende um conjunto muito alargado de valores e expressões culturais. É uma representação multifacetada da identidade da sociedade portuguesa, para a qual contribuem as suas formas de arte, as obras literárias, as produções cinematográficas, as tendências da moda, os estilos arquitetónicos, os padrões de interação social, os avanços tecnológicos ou a gastronomia. Influenciada por fatores como a história do país, a geografia, as suas relações internacionais e a sua diversidade étnica e cultural, a cultura está em constante evolução e reflete as mudanças operadas na sociedade e no mundo de uma forma global.

Estudá-la – a cultura portuguesa contemporânea – é importante por várias razões. Por um lado, possibilita uma melhor compreensão da identidade nacional, inclusive, as tradições, os valores, as crenças e os modos de vida; por outro, permite entender como os eventos históricos e sociais influenciaram e moldaram o presente e avaliar a cultura contemporânea à luz do impacto que essas mudanças produziram.

O ser humano, enquanto ser social, necessita de transmitir e conservar a sua memória e, neste patamar, a comunicação escrita assume particular importância. Escolheu-se, para esta investigação, um título da imprensa periódica que desempenhou um papel destacado na história da cultura portuguesa contemporânea do país por três motivos. Primeiro, porque exerceu influência notória junto da opinião pública; segundo, porque refletia os valores e interesses da sociedade portuguesa num determinado período da sua história; terceiro, porque foi usada como ferramenta de propaganda pelo Estado Novo.

A fonte de informação histórico-cultural escolhida foi uma revista feminina, que circulou no país entre 1939 e 1947, o *Boletim Mensal* da Mocidade Portuguesa Feminina; o trabalho propõe uma abordagem de uma secção dessa publicação, intitulada “O que nós queremos que as nossas raparigas sejam”, assinada pela colaboradora Hilda Corrêa de Barros, entre o período que vai desde maio de 1941 a novembro desse mesmo ano. Na realidade, todos os 92 números do *Boletim Mensal* são um retrato da organização que o publicou e do ideal da mulher proposto pelos mentores ideológicos do Estado Novo, mas os artigos escritos por Hilda Corrêa de Barros, cuja análise se apresenta, aludem a um conjunto de regras sociais (sob o nome de virtudes) que deviam servir de guia para o comportamento

das jovens raparigas dentro do contexto cultural e social em que viviam. No âmbito deste estudo, pretende-se contribuir, através de uma hermenêutica textual de cariz qualitativo, para a história da imprensa periódica e, particularmente, para a história das mulheres durante o Estado Novo.

1. A história prévia da Mocidade Portuguesa Feminina

No início anos trinta, Gustavo Cordeiro Ramos, então ministro da Instrução Pública (1928-33), propôs a António de Oliveira Salazar a criação de uma Liga Nacional da Mocidade Portuguesa, marcando, assim, a primeira tentativa de organizar e mobilizar a juventude em prol do Estado Novo. De acordo com Susana Roque,

o seu principal objetivo era fortalecer o amor pela pátria, as tradições, os princípios da família, da autoridade, da hierarquia, da ordem e da propriedade entre os jovens dos oito aos vinte e um anos, recrutados numa base voluntária nas escolas e associações juvenis (2012: 7).

A participação das jovens nessa organização era, como destaca Irene Pimentel, limitada a papéis secundários, como assistentes e colaboradoras (1996: 307); de qualquer forma, a ideia nunca foi colocada em prática.

A pasta do Ministério da Instrução Pública foi assumida, em janeiro de 1936, por António Faria Carneiro Pacheco, que retomou o projeto da criação da Mocidade Portuguesa e promulgou, a 19 de maio do mesmo ano, o regimento da Junta Nacional da Educação (JNE). Na sequência, o Governo da República presidido por António de Oliveira Salazar aprovava os estatutos da Obra das Mães pela Educação Nacional (OMEN), pelo Decreto n.º 26 893, de 15 de agosto de 1936. De entre os fins da OMEN, destacam-se os seguintes:

- orientação das mães portuguesas na criação dos filhos, promovendo ativamente as noções básicas de higiene e cuidados infantis, em parceria com a chamada organização nacional Defesa da Família (1.º do Art. 2.º);
- fomentar a melhoria estética da vida no campo e o aumento do conforto do lar como um ambiente propício à educação (3.º do Art. 2.º);
- promover os bons costumes, especialmente em relação à vestimenta, à leitura e aos entretenimentos (4.º do Art. 2.º), e ainda,
- organizar a Mocidade Portuguesa Feminina (10.º do Art. 2.º).

No seguimento deste último, a Mocidade Portuguesa Feminina (MPF) via aprovado o seu regulamento pelo Decreto-Lei n.º 28 262, de 8 de dezembro de 1937. Pode ler-se no mesmo que esta secção, a cargo da Obra das Mães pela Educação Nacional, “tem por fim estimular nas jovens portuguesas a formação do carácter, o desenvolvimento da capacidade física, a cultura do espírito e a devoção ao serviço social, no amor de Deus, da Pátria e da Família” (1937: 1379). De acordo com o seu artigo 9.º, estavam afetas à Mocidade Portuguesa Feminina, obrigatoriamente, todas as portuguesas dos 7 aos 14 anos de idade e as estudantes que frequentassem o 1º ciclo dos liceus e, de forma voluntária, as restantes, “até ao ingresso no corpo de serviço social ou até ao casamento”. Esta organização juvenil feminina do Estado Novo, inicialmente dependente da Obra das Mães¹, seria extinta em 1974, pelo Decreto-Lei n.º 171/74, de 25 de Abril (Pimentel 1996: 183); contudo, dedicou-se durante mais de três décadas a “formar a rapariga da nossa terra, para que individualmente ela, um dia, possa realizar o próprio ideal da OMEN: ser boa esposa, boa mãe, capaz de criar e educar os seus filhos e manter elevado o nível da família portuguesa” (Pimentel 1996: 309).

Grande parte dessa formação foi feita através do *Boletim Mensal* da Mocidade Portuguesa Feminina, cuja publicação teve início no dia 13 de maio de 1939 e se manteve até abril de 1947; enquanto propriedade da Obra das Mães pela Educação Nacional, a revista fazia a apologia, ao mesmo tempo, do paradigma da mulher, pilar da família, “futura esposa respeitadora da hierarquia marital, mãe prolífica, sacrificada e educadora, boa cristã e boa portuguesa” (Pimentel 1996: 509). É essa apologia, vertida em artigos de formação nacionalista, que se abordará nas etapas seguintes.

2. O *Boletim Mensal* da Mocidade Portuguesa Feminina

Em conformidade com os termos do artigo 22.º, segundo o qual “as publicações de toda a espécie” são um dos meios de ação da OMEN (Dec.-Lei n.º 26 893/1936: 983), esta organização criou, para a sua secção feminina, no ano de 1939, uma publicação para servir de veículo oficial de comunicação: o *Boletim* da Mocidade Portuguesa Feminina. Sobre este órgão, a Comissária Nacional, Maria Guardiola, haveria de escrever nas primeiras páginas do primeiro número:

¹ A Obra das Mães pela Educação Nacional foi extinta pelo Decreto-Lei n.º 698/75, de 15 de dezembro.

[o *Boletim Mensal* da] Mocidade Portuguesa Feminina pretende ser uma revista cultural e educativa, formadora da mentalidade e da consciência da rapariga portuguesa; a par do registo de vida da M.P.F. debater-se-ão nela todos os problemas que possam interessar um espírito de mulher, marcando o sentido cristão dos mesmos, definindo a orientando a sua ação no lar, na família e na sociedade (n.º1 1939: s.p.).

A então presidente da instituição, a condessa de Rilvas, por sua vez, vai mais longe nas palavras, ao apelar às jovens que sejam “disciplinadas, fortes, viris sem ser masculinas, com espírito profundamente cristão e nacional” (n.º1, 1939: s.p.).

Desde o primeiro momento que o regime e a Igreja Católica mantiveram uma aliança que servia os interesses de ambas as partes. Significativamente, este primeiro número do *Boletim* foi publicado no dia 13 de maio de 1939, uma data que assinala um dos eventos mais importantes na história religiosa do país, a aparição de Nossa Senhora aos Pastorinhos, em Fátima, no ano de 1917. Lê-se, inclusive, nas primeiras páginas do número inaugural que “as Filiadas da Mocidade não seriam boas portuguesas se não amassem a Padroeira de Portugal”, o que numa interpretação pouco atenta leva a supor que Nossa Senhora de Fátima é a padroeira de Portugal, facto que não corresponde à realidade.

Dentro da instituição, o *Boletim* era, nas palavras de Helena Roldão, “um periódico ilustrado que pretendia formar na ideologia nacionalista e cristã a ‘mentalidade das raparigas portuguesas’” (2014: s.p.). Esta publicação, regular, de condição propagandística e carácter formativo também servia para dar a conhecer os eventos de índole sociocultural. Até abril de 1947 foi difundida mensalmente de forma regular, o que perfaz um total de 96 números editados¹.

Ao longo dos seus oito anos de existência, o *Boletim Mensal* publicou muitos artigos de opinião sobre questões de comportamento e assuntos sociais, divulgou dossiês de atividades da Mocidade Portuguesa Feminina, receitas culinárias, ensinou muitas jovens a prepararem o enxoval de bebé, deu dicas de beleza e de moda, tudo em prol da “construção de um tipo de mulher, dando a ela características desejáveis, docilizando seus corpos e dogmatizando suas mentes” (Amaral 2019: 146). No que ao *design* visual e gráfico do *Boletim Mensal* diz respeito, era uma publicação repleta de

¹ No ano de 1939 foram publicados 8 números, de 1940 a 1942 saíram 36 números, a partir de 1943 os meses de julho e agosto formavam 1 só número. Em 1947 só deram à estampa 4 números do *Boletim* da MPF.

ilustrações, com fotografias em tom sépia ou coloridas, em variações de castanho e verde, as cores da Mocidade Portuguesa¹.

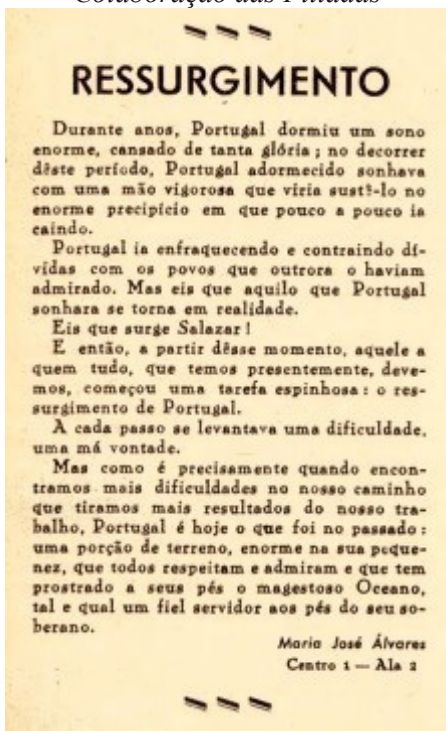
3. O Arquétipo da Mulher Ideal

Porque o *Boletim* tinha como objetivo promover um determinado ideal feminino, nele são abordados muitos temas que têm em vista a formação completa das jovens portuguesas, abrangendo diversas áreas. A leitura das páginas da revista permitiu identificar uma preocupação especial em tocar áreas de formação moral, religiosa, doméstica, social, nacionalista e ideológica. Os tópicos relacionados com a moral e religião eram frequentemente abordados pelo padre Gustavo de Almeida, um dos responsáveis pela criação deste jornal (para usar o termo empregue pelo mesmo), o qual escreverá no n.º 5 que o *Boletim* se propunha trabalhar, na mesma linha da sua congénere *Stella*, uma revista católica de índole feminina que se publicava em Fátima, “a bem da nossa terra, difundindo boas ideias que educam e elevam” (n.º5, 1939: s.p.). Numa busca pela perfeição, ele propõe para modelos de esposas e de mães, em cujas virtudes as jovens se devem espelhar, as rainhas D. Leonor (fundadora da Santa Casa da Misericórdia e padroeira da Mocidade Portuguesa Feminina) e D. Filipa de Lencastre. A mensagem do redator é clara ao convidar as jovens raparigas a “andar por onde elas andaram: - os caminhos da Virtude e da Pátria” (*Boletim Mensal* n.º1, 1939: s.p.). Neste exemplo, como em muitos outros, os textos deste articulista revelam uma natureza ideológica evidente.

De quando a quando, pode ler-se nas páginas do *Boletim* mensagens explícitas em apoio ao regime. Em alguns textos, a referência aos governantes é mesmo direta. Entre os valores aí avançados, e que fazem parte da doutrinação ideológica, o nacionalismo é, porventura, aquele que mais se destaca. É recorrente em várias edições a formação nacionalista das jovens por meio de diferentes tipos de artigos, das próprias capas do *Boletim*, através dos editoriais ou das reportagens de atividades da Mocidade Portuguesa Feminina, das notícias que faziam propaganda às personalidades do regime, dos relatos de carácter mais cultural ou, até mesmo, de pequenos textos escritos pelas filiadas, publicados na última página na rubrica *Colaboração das Filiadas*, conforme exemplos apresentados nas figuras 1 e 2.

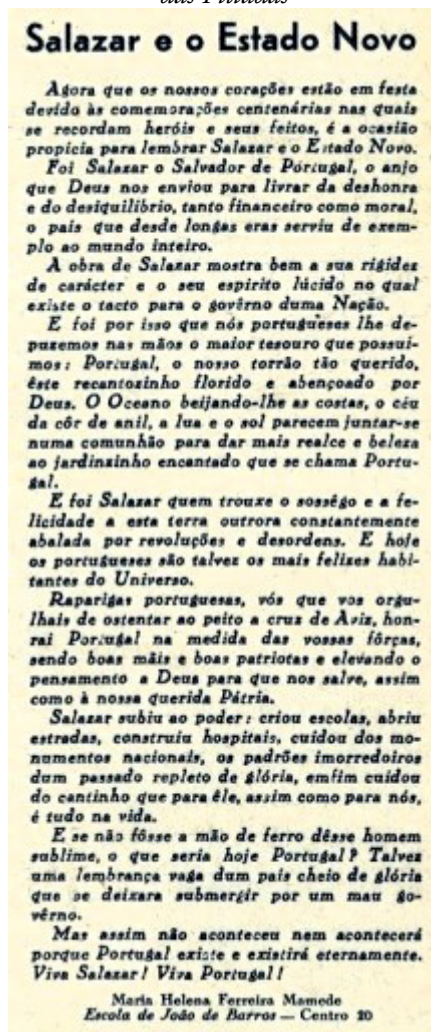
¹ Exceção feita à capa do Natal de 1946, em que sobressai a cor encarnada. A capa começa a ser impressa a cores a partir do final da década de 1960, altura em que a publicação já se apresenta ao público com o título *Menina e Moça*.

Figura 1: Rubrica
Colaboração das Filiadas



Fonte: *Boletim Mensal* da MPF n.º 14,
1940

Figura 2: Rubrica *Colaboração das Filiadas*



Fonte: *Boletim Mensal* da MPF n.º16,
1940

É no seguimento deste pensamento e com o intuito de ajudar ao cumprimento deste ideário que se insere a colaboração de Hilda Corrêa de Barros com o título de “O que nós queremos que as nossas raparigas sejam”.

4. A rubrica “O que nós queremos que as nossas raparigas sejam”

No ano de 1941, o *Boletim Mensal* propôs um modelo ideal de rapariga assente em sete virtudes. Com a designação “O que nós queremos que as nossas raparigas sejam”, esta temática foi desenvolvida por Hilda Rumsey d’Almeida Corrêa de Barros, na altura Delegada Provincial do Douro Litoral da Mocidade Portuguesa Feminina (Pimentel 2001: 345). Ao longo de sete edições, a também responsável da Mocidade Portuguesa Feminina no Porto (Pimentel 2001: 215) dá a conhecer às leitoras as virtudes essenciais que uma jovem filiada desta organização juvenil nacional deve corporizar. De maio a novembro, são sete as virtudes elencadas por Hilda Corrêa de Barros e que a seguir se analisam.

Primeira Virtude: Verdadeiras

Figura 3: Rubrica

«O que nós queremos que as nossas raparigas sejam: Verdadeiras»



Fonte: Edição n.º 25 do *Boletim Mensal* da Mocidade Portuguesa Feminina (1941: s.p.)

No primeiro artigo, a autora propõe que as jovens raparigas sejam verdadeiras, “com todos, em tudo”; justifica esta necessidade sobre o pretexto

de, como escreve no segundo parágrafo, todo o esforço por detrás da criação da *Obra das Mães pela Educação Nacional* e daqueles que assumiram liderar este movimento sair frustrado se as jovens “não forem verdadeiras até à medula” (*Boletim Mensal* n.º25 1941: s.p.). Pedir a alguém que seja verdadeiro até à medula é uma forma enfática de requerer que o outro possua uma integridade inabalável. Por analogia ao papel vital desempenhado pela medula óssea para a manutenção da saúde e funcionamento do organismo humano, pede-se neste primeiro trecho que as jovens sejam genuínas e autênticas. A autora enfatiza que a educação das meninas deve ir para além das aparências e alcançar a verdade interior e o caráter moral.

Para corroborar a mensagem, o texto encontra-se ladeado de fotografias que se ligam entre si e com a palavra escrita; do lado esquerdo do leitor, de cima para baixo, a primeira imagem exhibe um grupo de raparigas a prestar continência à bandeira de Portugal, com um gesto de saudação que envolve o braço estendido para a frente e a palma da mão voltada para baixo¹, uma imagem carregada de forte simbolismo. Por meio das palavras, a articulista evoca um passado histórico ao qual pretende vincular os ideais do Estado Novo, através da seguinte pergunta retórica:

O que vale isso [a continência à bandeira] se no peito de cada rapariga não houver, *de verdade*, a consciência de que é herdeira de uma tradição de oito séculos, que a bandeira simboliza, e a resolução de bem cumprir os deveres que essa herança lhe impõe, no campo reservado à ação feminina? (*Boletim Mensal* n.º25 1941: s.p.).

Neste contexto de propaganda visual, a bandeira é utilizada para incutir nas leitoras não só um sentido de orgulho nacional e de unidade, mas também transmitir a ideia de que Salazar era o guardião do passado glorioso de Portugal. Segue-se uma fotografia que apresenta uma filiada, que a legenda denomina por “irmã mais velha”, ensinando a “verdade” (de acordo com a legenda) às mais novas que a rodeiam. Nesse sentido, o texto sugere que as líderes sejam exemplos para guiar corretamente as mais jovens. A última imagem deste lado esquerdo reproduz uma fotografia do casamento de uma graduada, acompanhada do marido e de um bispo (provavelmente, o celebrante). Do lado direito da página, uma fotografia de uma filiada sorridente a abraçar duas mais novas, uma de cada lado, com

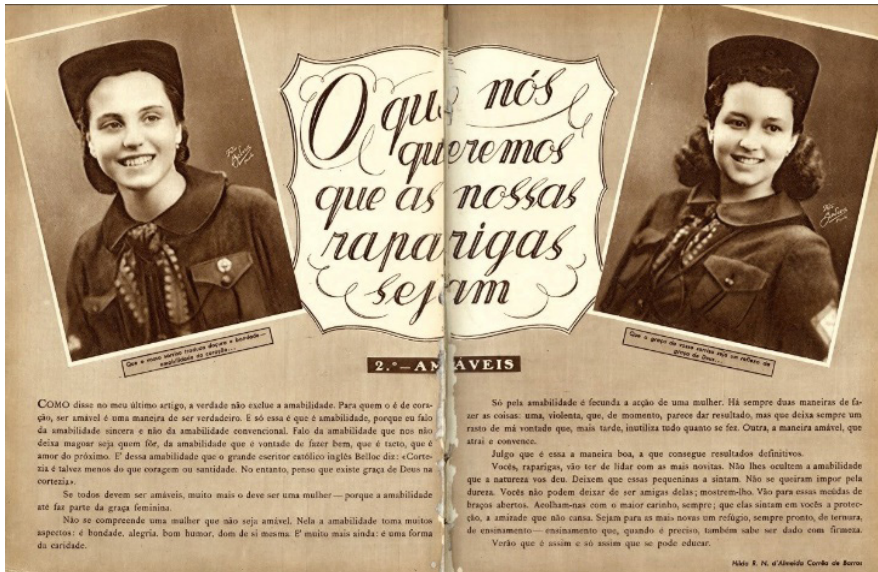
¹ Pela posição do braço, da mão, da postura ereta e o olhar das jovens na direção da bandeira, a fotografia representa a Saudação Romana, associada a ideais e regimes autoritários.

a legenda “Amor que acompanha e guia, ajudando a seguir pelo caminho direito”.

Segunda Virtude: Amáveis

Figura 4: Rubrica

“O que nós queremos que as nossas raparigas sejam: Amáveis”



Fonte: Edição n.º 26 do *Boletim Mensal* da Mocidade Portuguesa Feminina (1941: s.p.)

No segundo artigo, saído em junho, a autora demonstra como se pode e deve ser uma pessoa verdadeira de forma gentil. Para dar maior destaque a esta qualidade cita uma frase de um escritor do início do século XX, Hilaire Belloc¹, conhecido por ser um católico devoto e defensor dos valores tradicionais, que escreveu o seguinte pensamento: “Cortesia é talvez menos do que coragem ou santidade. No entanto, penso que existe graça de Deus na cortesia” (*Boletim Mensal* n.º26 1941: s.p.); por outras palavras, ainda que não seja a virtude mais nobre, por ser apreciada por Deus deve ser cultivada pela mulher.

Depois da citação, este traço de caráter da mulher é reforçado por

¹ Escritor, político e historiador franco-britânico (1870-1953), conhecido pelos seus dotes de oratória e pela sua vertente de ativista, nomeadamente pela defesa estrénuo do catolicismo.

Hilda Barros nos seguintes termos: “Se todos devem ser amáveis, muito mais o **deve** [sublinhado nosso] ser uma mulher – porque a amabilidade até faz parte da graça feminina, (...) não se compreende uma mulher que não seja amável” (*Boletim Mensal* n.º26, 1941: s.p.). E porque será tão importante para a organização do estado esta virtude? Talvez porque uma mulher jovem, sorridente e amável atrai e convence mais depressa os outros, ajudando a conseguir os resultados definitivos tão desejados pelo regime.

O parágrafo seguinte confirma um desses objetivos, a perpetuação dos ideais passados das mais velhas para as mais novas. Nele pode ler-se:

Vocês, raparigas, vão ter de lidar com as mais novitas [lusitas]. [...] Acolham-nas com o maior carinho [...] Sejam para as mais novas um refúgio, sempre pronto, de ternura, de ensinamento – ensinamento que, quando é preciso, também sabe ser dado com firmeza. Verão que é assim e só assim que se pode educar (*Boletim Mensal* n.º26 1941: s.p.).

Terceira Virtude: Sãs

Figura 5: Rubrica

“O que nós queremos que as nossas raparigas sejam: Sãs”

MOCIDADE Portuguesa Feminina — quando servimo esta honra, carga, responsabilidade, devida da vida, a figura aliana e deslida de uma rapariga de cabega bem levantada, de andar elegante de passo firme e leve; corpo cheio de vida, olhar cheio de luz. E magrinhos-la generosa, alegre, franca e boa. Natural no seu modo de tratar com os outros, presente e dedicada um perfeito equilibrio da fisico e do moral.

É vovoz, vovoz, vovoz rapariga, a futura Mãe de filhos sãos — braços fortes que se não cansam facilmente. Venha a colhedora de almas grandes e nobres, de caracteres firmes e seguros que não se entrem a vida com confusão. É como todo isso cria um grande esforço que a mulher deve sentir agita a superior: não precisa de saúde que é feita dentro de nós, uma ajuda precisa para o cumprimento da sua missão.

Para as próprias qualidades morais, a saúde fisico tem muita importância porque se há almas excepcionais expostas de vencer os obstáculos causados por um organismo doente, para a maior parte dos obstáculos impedem o equilibrio moral.

Quantas vezes, a doença predomina a impetividade, o mau humor, e se há defesas que não são venozas essas raparigas da Mocidade que nos servoz de modelo são precisamente boas. — Como se haviam de admitir em quem tem de lidar com crianças?

As falar-vos, apaixonado, do que nós queremos que as nossas raparigas sejam, temo de dizer que as queremos sãs. A saúde é o equilibrio do nosso organismo e esse equilibrio só o podemos conseguir com uma vida natural. O ar livre, o sol, o exercício, e água pura, a alimentação simples, o lavar e levantar são venozas muito mais do que todos os remédios. É vale também muito para a saúde a nossa atitude na vida, equilibrio e calma, a nossa compreensão e simpatia por tudo o que nos rodeia.

Não fazemos parte da natureza. Devemos, por isso, sentir a harmonia que há entre ela e nós. Fazemos bem o contacto com ela, com a sua vida. O seu deslizar faz-nos deslizar. A sua grande paz entra em nós.

Não precisamos de ar, de luz, de espaço e de movimento. Andar, correr, saltar, todos os exercícios naturais são úteis e necessarios. Os jogos, também, desde que sejam feitos naturalmente e se compreenda o espirito em que devem ser encorajados, essas mesmas, são um grande elemento de educação. Assim, devemos jogar o melhor que podemos, esforçamo-nos por ganhar; mas devemos saber aceitar uma possível derrota com calma e com espirito de justiça. Com calma, porque jogamos pelo gosto de jogar, pelo gosto do exercício. Com espirito de justiça, porque entendemos que a vitória deve ser para quem melhor jogou.

Mas não o entendemos que se torna necessário, porque não é feito pelo gosto do movimento mas pela ideia de uma vitória a todo o custo, pela conquista de um prêmio que se deseja, ou simplesmente, para fazer figura, não é útil mas prejudicial. Pode causar o esgotamento fisico em vez de dar saúde. E, também, em lugar de promover um não o equilibrio do espirito, pode causar vaidade, inveja, despeito — criar um ambiente exactamente contrario, aquele em que nós queremos que as nossas raparigas sejam, bravaças e jogos: ambiente de alegria, de confiança, de vida, em que se possa desenvolver o espirito de iniciativa e saúde, o entusiasmo.

Hilda R. N. d'Almeida Corde de Barros

Fonte: Edição n.º 27 do *Boletim Mensal* da Mocidade Portuguesa Feminina (1941: s.p.)

No mês de julho, o destaque vai para a questão da saúde física feminina. Todo o texto trata de enfatizar que a resistência do corpo é uma condição essencial para a saúde da alma. De resto, este tópico não é novo e é referido em outras ocasiões, como por exemplo, nos textos que mencionam as Colónias de Férias (promovidas pela Mocidade Portuguesa Feminina e nas quais as raparigas fazem exercício), ou através dos testemunhos das filiadas, como acontece nesta edição n.º 27, que conta com a colaboração da Filiada 211 e o seu texto sobre a “Excursão da Mocidade Universitária à Lagoa Azul”. Repare-se que este era o primeiro mês das então chamadas férias grandes e que nem por essa altura as raparigas deixavam de receber instruções sobre como haviam de ocupar os seus tempos livres.

Para este assunto em particular, foram selecionadas fotos em que aparecem filiadas a participar em jogos ao ar livre, a caminhar com elevação, sem, no entanto, deixarem de ser delicadas e finas, tal como as papoilas, como é referido. Mas este cuidado com o corpo e a procura pelo perfeito equilíbrio do físico com a moral tem um motivo, pois esta rubrica, como se pode ler no próprio *Boletim*, foi pensada para

a futura Mãe de filhos são [com] braços fortes que se não cansam facilmente. Vemos a educadora de almas grandes e nobres, de caracteres firmes e seguros que hão-de enfrentar a vida com confiança. E como tudo isso exige um grande esforço que a mulher deve estar apta a suportar, ela precisa de saúde que é força dentro de nós, uma ajuda preciosa para o cumprimento da sua missão (n.º27 1941: s.p.).

A Mocidade deseja que as raparigas que servem de modelo sejam saudáveis e vivam de forma natural. Por isso, “O ar livre, a luz, o exercício, a água pura, a alimentação simples, o deitar e levantar cedo” (*Boletim Mensal* n.º27 1941: s.p.) são apontados como mais valiosos do que todos os remédios. Dois parágrafos à frente, aparecem indicadas três práticas desportivas tidas como vantajosas e imprescindíveis, a saber: andar, correr e nadar. Concluindo, e de acordo com Walter Amaral, o que se prescreve com esta virtude são corpos disciplinados, em resultado de regras que servem o coletivo que tanto castigam como ensinam (Amaral 2019: 142).

Quarta Virtude: *Novas*

Figura 6: Rubrica

“O que nós queremos que as nossas raparigas sejam: *Novas*”

4.º—NOVAS

HOJE vou tratar de um dever com certeza bastante inesperado para vocês, raparigas: o dever de serem novas.

Vocês são novas pela idade; têm de ser novas até pelo próprio nome do vosso Movimento: Mocidade. Mas é preciso, para vossa felicidade, que saibam ser novas pela vida fora. E podem aprender a sê-lo.

Ser novo, é ser entusiasta, é ser bom, é ser puro, é ser forte. Ser novo é empenharmo-nos sinceramente em tudo quanto fazemos. Pressentir e respeitar o sentido profundo de tudo aquilo com que lidamos. E, para tudo isto, não importa a idade. Por isso, nós queremos que vocês sejam novas toda a vossa vida; que cada dia, compreendam melhor a mocidade.

Agora, nas raparigas que nos vão sendo confiadas, amanhã, nos vossos filhos e, até, quando lá chegarem, nos vossos netos — porque vocês podem e devem ser novas, mesmo de cabelos brancos — não vestindo-se, nessa altura, de meninas, que seria a maneira de parecerem velhas, nas novas pelo sentimento: amando e amparando a gente moça, sendo, como algumas senhoras que tenho conhecido, fonte de mocidade. Porque há senhoras que atraem irresistivelmente as raparigas e é essa a melhor prova do que elas são. Conheçam-nas pelo olhar limpo, pelo sorriso, pela boa disposição, pelo bom conselho. E nunca ficam isoladas porque encontram, à sua volta, o reflexo da sua mocidade. Vitem na vida e não fora dela.

E nós queremos que vocês olhem a vida bem de frente. A realidade é muito grande mas, para a entendermos, precisamos de profundá-la, não nos deixando desanimar pelas aparências — e, para isso, temos de tirar para fora de nós mesmas tudo o que é falso, tudo o que não presta.

Eu bem sei que isso é difícil ou pelo menos, parece sê-lo: mas nós devemos educar-nos, ter a coragem desse esforço.

E vale a pena.

Lá, uma vez, a história verdadeira duma rapariga a quem alguém, vendo como toda a gente gostava dela, perguntou: — «Porque será que são todos tão seus amigos?» Ela hesitou, um momento: — «Não sei. E, de repente: — «Olhe, só se for porque eu sou tão amiga de todos».

Minhas raparigas, isto é ser-se novo.

Hilda R. M. e Almeida Corria de Barros

SEM SER DO ALTO DO DEUS, AÍL DEUS, TEM É A ATITUDE DO NOVO ACERTADO.

SEM TERÇA É QUER A ATITUDE DO NOVO E INDETERMINADO É VIDA QUE DESPERTA.

SEM NOVA É MAIS O ACERTADO E INDETERMINADO, POR TUDO DE SER...

Fonte: Edição n.º 28 do *Boletim Mensal* da Mocidade Portuguesa Feminina (1941: s.p.)

No número de agosto, Hilda de Barros escreve à volta do dever das raparigas da Mocidade Portuguesa Feminina aprenderem a “serem novas [...] pela vida fora” (*Boletim Mensal* n.º28 1941. s.p.). Muito embora a revista seja dirigida para um público feminino jovem, pretende-se que, sendo entusiastas do Movimento e independentemente da idade, as raparigas respeitem “o sentido profundo de tudo aquilo com que lidamos” (*Boletim Mensal* n.º28 1941: s.p.); ou seja, o Movimento espera delas um compromisso para toda a vida. Segundo as palavras da cronista, ser novo é ser puro e, para exemplificar onde está a fonte da pureza, uma primeira fotografia mostra duas filiaidas, de joelhos diante do Santíssimo Sacramento, num encontro pessoal com Deus. Ser nova é também saber ser boa pessoa, e uma segunda imagem ilustra como se pode alcançar esta qualidade cuidando, por exemplo, de toda a vida que

começa. Sempre em crescendo, a primeira parte da legenda da última foto reproduz o que realmente importa ao propor este dever às raparigas: “SER NOVA é amar o movimento e repartir simpatia, por todos os seres...” (*Boletim Mensal* n.º28 1941: s.p.). Para este caso muito em concreto, a legenda assume a função de orientar o público, guiando-o para a interpretação que mais convém à organização. Também nesta situação, o uso de animais domésticos parece ser uma estratégia para atrair e garantir mais atenção do público-alvo. Primeiro, porque torna a imagem mais atrativa, segundo, porque cães, gatos, coelhos e patos criam facilmente uma ligação emocional quase imediata com os leitores, o que por extensão reverte no aumento de interesse pelo conteúdo da revista. Como facilmente se constata, a sucessão de imagens é muito criteriosa. A primeira procura chamar a atenção para a necessidade de cada uma cultivar um espírito contemplativo que lhe permita redescobrir, a cada novo dia, que são consignatárias de um bem que as humaniza e ajuda a levar uma vida nova que devem transmitir aos outros; a autora retomará esta ideia de que a contemplação está acima da ação dois números adiante quando escrever sobre a sexta virtude proposta às raparigas.

Quinta Virtude: *Elegantes*

Figura 7: Rubrica

“O que nós queremos que as nossas raparigas sejam: Elegantes”



Fonte: Edição n.º 29 do *Boletim Mensal* da Mocidade Portuguesa Feminina (1941: s.p.)

A edição do mês que marca o início do outono trata da elegância associada à indumentária. O reparo vai no sentido de algumas jovens mulheres ocuparem a cabeça com a preocupação “de andar à moda”, entendida como vaidade. O Movimento faz questão que as jovens raparigas sejam elegantes, mas prescrevendo que “Para se ser elegante é preciso que o vestido não chame à atenção” (*Boletim Mensal* n.º29 1941: s.p.). Na coluna seguinte, a cronista dá a entender que é possível levar uma vida digna e honrada mesmo com dificuldades financeiras. E como a maior parte da população portuguesa era, efetivamente, pobre, o discurso apregoado é que “A verdadeira elegância é simples. (...) quem pensa demais no vestuário veste mal. Quem gasta demais no vestuário veste mal”. É valorizada a mulher que preferir “parecer bem **mais em sua casa do que fora dela** [sublinhado nosso]” (*Boletim Mensal* n.º29 1941: s.p.), o que representa um alto padrão de comportamento ético e moral.

As imagens que acompanham esta matéria propõem a combinação de elementos como vestidos cintados, abaixo do joelho e sapatos rasos, o que pressupõe que as páginas do *Boletim Mensal* deviam servir de inspiração para formas de vestir de acordo com o que o regime considerava conforme os “bons costumes”, isto é, de acordo com o modo de proceder habitual de um grupo social de referência. É também plausível que esta preocupação esteja diretamente relacionada com a entrada em Portugal de refugiados estrangeiros desde o início da Segunda Grande Guerra; o contacto com pessoas provenientes de uma Europa mais complacente nos hábitos e costumes era encarado como um perigo à austeridade e ao moralismo proposto pelo regime e pela Mocidade Portuguesa Feminina, o que resultou no controle social sobre a forma de vestir das mulheres. Em relação a estas questões que envolvem a exposição do corpo, o governo de Salazar optou por adotar as visões mais conservadoras da Igreja Católica em relação à moral e aos bons costumes.

Sexta Virtude: Ativas

Na exposição dos predicados desejáveis para uma filiada, a sexta virtude apontada é a capacidade de as jovens serem ativas.

Figura 8: Rubrica

“O que nós queremos que as nossas raparigas sejam: Ativas”



Fonte: Edição n.º 30 do *Boletim Mensal* da Mocidade Portuguesa Feminina (1941: s.p.)

É clara a mensagem que é expressa no texto da articulista: “A atividade é um **dever de estado** [sublinhado nosso] a que se devem consagrar todos aqueles que têm obrigações, neste mundo” (*Boletim Mensal* n.º30 1941: s.p.). O regime utilizava o periódico para ensinar e reforçar o “dever de estado”, promovendo a lealdade aos princípios do Estado Novo e a fidelidade ao estado.

Para reforçar o sentido exortativo da obediência é mencionada a história do soldado que age sem perceber bem aquilo que lhe é pedido. É uma estratégia recorrente, a do recurso a pequenas histórias para exemplificar e garantir que a mensagem seja bem percebida. Portanto, seguir ordens sem entender integralmente o que é solicitado não só não é suficiente, como pode causar confusão e levar a ações ineficazes; para tornar a comunicação mais clara sobre o que é preciso ser feito pelas jovens raparigas, de modo a garantir que as suas ações sejam apropriadas e eficazes, a articulista escreve o seguinte: “O que nós queremos, quanto à atividade, é que cada uma de vocês pense bem **no papel que lhe cabe** [sublinhado nosso], pelo meio em que vive, pelas qualidades e habilitações que possui, pelos recursos de que dispõe – e que tudo quanto seja da sua competência fazer, o faça generosamente, com entusiasmo, com cuidado, com desinteresse» (*Boletim Mensal* n.º30 1941: s.p.). De acordo com a ideologia salazarista, o dever de estado implicava também que cada indivíduo aceitasse o seu lugar dentro da estrutura social e política estabelecida pelo regime.

O artigo não termina sem que a autora estabeleça uma ligação emocional com as leitoras, apresentando um modelo de virtude para as esposas seguirem, a saber, a história de vida de Elisabeth Arrighi Leseur¹ (1866-1914), uma mulher católica, casada com um ateu líder do movimento anticlerical francês, a qual, apesar de viver num ambiente secular e adverso à sua fé, manteve a crença até ao fim da vida.

Para captar a atenção de quem lê, acompanham o texto fotografias de jovens filiadas em diferentes momentos de uma atividade promovida pela Mocidade Feminina: a preparar o almoço em plena na natureza, a colocar a mesa, a servir as outras e, por último, a fotografia de uma jovem a recolher água de um fontanário. Em todas as imagens as jovens estão a desempenhar tarefas domésticas associadas ao sexo feminino.

Sétima Virtude: Boas

O dossiê temático ficaria fechado com a virtude apontada no número 31 do *Boletim Mensal*.

Figura 9: Rubrica “O que nós queremos que as nossas raparigas sejam: Boas”



Fonte: Edição n.º 31 do *Boletim Mensal* da Mocidade Portuguesa Feminina (1941: s.p.)

¹ Elisabeth Arrighi Leseur, aliás Pauline Elisabeth Arrighi por nascimento, mística de origem francesa que se celebrou pelo seu diário espiritual e pela conversão do seu marido, Félix Leseur, um conhecido líder do movimento anticlerical e ateuista francês.

Em jeito de conclusão desta linha de pensamento que se prolongou por sete meses, a articulista exorta, neste último texto, as raparigas à ação. Refere que para se ser verdadeiramente bom, é necessário praticar boas ações, e não apenas ficar pelas intenções, chama à atenção para o facto de muitas pessoas confundirem a fraqueza com a bondade, por um lado, e, por outro, a diferença entre ser-se bom sem ser duro. Ambas as situações são contraproducentes quando o objetivo não se limita a “dizer coisas acertadas [mas também] convencer delas os que nos ouvem” (*Boletim Mensal* n.º31 1941: s.p.). Como tal, volta-se à ideia do valor do conceito de equilíbrio, subordinada ao princípio de que é possível ser uma pessoa bondosa sem precisar de ser inflexível. Para não afastar as pessoas que se querem instruir, a Mocidade ensina que “Se há ocasiões – e há – em que se deve sentir a firmeza das nossas palavras, essas ocasiões são poucas. Quasi sempre, convencem mais as coisas ditas de outra maneira” (*Boletim Mensal* n.º31 1941: s.p.).

Neste último texto que completa o arquétipo ideal de mulher segundo Hilda Barros, a palavra ‘convencer’ aparece referida três vezes. É particularmente significativo o emprego deste verbo, porque revela que através das páginas do *Boletim Mensal* se tenta persuadir as jovens raparigas a terem determinadas opiniões, atitudes e comportamentos. Mas não se trata de um caso isolado. Para reforçar que é possível manter a justiça sem perder a autoridade e a empatia, a autora aplica a este contexto um outro verbo que é muito caro à doutrinação católica: ‘perdoar’.

A imagem selecionada para ilustrar este último artigo destaca três jovens raparigas, a bandeira e uma inscrição com o seguinte texto: “Arvorando as lusas Quinas, nossa luz, nosso farol, nós somos as sentinelas da alma de Portugal” (*Boletim Mensal* n.º31 1941: s.p.). Nesta conjuntura da imagem que acompanha o texto transparece, na frase, um tom patriótico e um sentimento de orgulho nacional. A vigilância, um dos valores mais exaltados da retórica ideológica oficial, aparece sob o nome “sentinelas”, indicando que as mulheres também tinham a responsabilidade de proteger e preservar aquela que era a essência da nação.

Considerações finais

A narrativa contada por meio das páginas do *Boletim Mensal* da Mocidade Portuguesa Feminina permite identificar e compreender parte da agenda dos interesses do Estado Novo e a forma como o periódico, enquanto veículo oficial de um determinado sector da sociedade, reproduzia o discurso

oficial do poder. Através dele, perpassaram recorrentemente textos e imagens que apelavam à obediência a uma elite paternalista liderada por António Oliveira Salazar.

Desde o início, as organizações criadas pelo Estado Novo valorizavam mais a contribuição masculina. A dinâmica instituída dentro da Mocidade Portuguesa Feminina ilustra bem como as desigualdades entre os géneros permaneciam. Como bem destacam Anne Cova e António Costa Pinto, no setor feminino a educação nacionalista foi “quase integralmente substituída pelo culto às rainhas medievais portuguesas [...] e pelo culto mariano” (1997: 83). Um exemplo flagrante desta divisão entre sexos, dentro da qual o masculino é mais considerado, pode ser igualmente percebido no artigo da autoria de Maria Joana Mendes Leal, do qual se extrai esta passagem:

A Mocidade é só uma no seu generoso desejo de servir e na sua esperança dum Portugal maior pelo esforço e sacrifício de todos os seus filhos, mas, **rapazes e raparigas, têm lugares diferentes** e naquela tarde de 28 de maio cada um estava no seu posto: os rapazes marchando ao som das cornetas e dos tambores e as raparigas seguindo com os olhos e o coração a bandeira que os guia – e as guia também a elas! Os rapazes ao sol! **As raparigas mais na sombra** [negritos nossos] ... (*Boletim Mensal* n.º2 1939: s.p.)

Apesar de, no campo da imprensa periódica nacional, ser positiva a presença e visibilidade feminina, a visão conservadora da estrutura e dos valores familiares mantida pela Igreja Católica e seguida pelo Estado Novo nunca permitiu uma participação plena das mulheres no quadro do regime salazarista que fosse para além da colaboração dentro do lar, a cuidar do bem-estar emocional e da economia doméstica da família. Por isso, e como demonstrado, o *Boletim Mensal* da Mocidade Portuguesa Feminina foi mais um instrumento que serviu para catapultar um ideal de mulher que continuava a ser o resultado de uma construção masculina.

A abertura do espaço mediático às mulheres concedeu-lhes, sem qualquer dúvida e como já afirmado, uma visibilidade nunca antes tida, mas convém ter presente que essa entrada passou por um enquadramento estratégico óbvio de que o *Boletim Mensal* da Mocidade Portuguesa Feminina é um bom exemplo: através dessa publicação, e pela intermediação da escrita de mulheres para mulheres, o regime não só sustentou como reforçou doutrinariamente a ideia de que o lugar da mulher era no lar, a cuidar da casa e dos filhos, submissa ao marido; era uma forma de controle social e moral, exercido em dois tipos de artigos: uns que encorajavam as mulheres a

tomar parte em atividades de caridade e assistência social, outros em que se condenava comportamentos considerados imorais.

Em Portugal, no período em estudo, as organizações femininas do estado, catolicizadas, enquanto davam com uma mão à mulher um espaço que ela nunca tinha tido antes, enquanto mantinham, com a outra, o seu potencial limitado a habilidades domésticas e as suas oportunidades restringidas a papéis tradicionais. Se as jovens raparigas cumprissem com os preceitos descritos na rubrica “O que nós queremos que as nossas raparigas sejam”, seriam disciplinadas e cumpridoras de princípios coletivos que se sobrepõem aos individuais e ficava realizado o objetivo de propagação do conceito de “Mulher Ideal” do Estado Novo que, aliás, seria objeto ainda duas décadas mais tarde de um concurso à escala nacional.

Referências bibliográficas

Almeida, Gustavo de. 1939, maio 13. À Conquista do Ideal. *Boletim Mensal: Mocidade Portuguesa Feminina*, 1, s.p. https://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/MocidPortFeminina/MocidadePortuguesaFemininaN01/MocidadePortuguesaFemininaN01_master/N01.pdf. Amaral, Walter Valdevino do. 2019. ‘O que nós queremos que nossas raparigas sejam’: o boletim da Mocidade Portuguesa Feminina. In: *Caderno Espaço Feminino*, vol. 32, n.º 1, Uberlândia, MG.

Assembleia da República. Gustavo Cordeiro Ramos: Legislaturas: I, II, III, IV. Disponível em: https://app.parlamento.pt/PublicacoesOnLine/OsProcuradoresdaCamaraCorporativa%5Chtml/pdf/r/ramos_gustavo_cordeiro.pdf.

Corrêa de Bastos, Hilda Rumsey R. d’Almeida. 1941, maio. O que nós queremos que as nossas raparigas sejam: Verdadeiras. *Boletim Mensal da Mocidade Portuguesa Feminina*. Disponível em: https://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/MocidPortFeminina/MocidadePortuguesaFemininaN25/MocidadePortuguesaFemininaN25_master/N25.pdf.

Corrêa de Bastos, Hilda Rumsey R. d’Almeida. 1941, junho. O que nós queremos que as nossas raparigas sejam: Amáveis. *Boletim Mensal da Mocidade Portuguesa Feminina*. Disponível em: https://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/MocidPortFeminina/MocidadePortuguesaFemininaN26/MocidadePortuguesaFemininaN26_master/N26.pdf.

Corrêa de Bastos, Hilda Rumsey R. d’Almeida. 1941, julho. O que nós queremos que as nossas raparigas sejam: Sãs. *Boletim Mensal da Mocidade Portuguesa Feminina*. Disponível em: https://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/MocidPortFeminina/MocidadePortuguesaFemininaN27/MocidadePortuguesaFemininaN27_master/N27.pdf.

Corrêa de Bastos, Hilda Rumsey R. d’Almeida. 1941, agosto. O que nós queremos que as nossas raparigas sejam: Novas. *Boletim Mensal da Mocidade*

Portuguesa Feminina. Disponível em: https://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/MocidPortFeminina/MocidadePortuguesaFemininaN28/MocidadePortuguesaFemininaN28_master/N28.pdf.

Corrêa de Bastos, Hilda Rumsey R. d'Almeida. 1941, setembro. O que nós queremos que as nossas raparigas sejam: Elegantes. *Boletim Mensal da Mocidade Portuguesa Feminina*. Disponível em: https://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/MocidPortFeminina/MocidadePortuguesaFemininaN29/MocidadePortuguesaFemininaN29_master/N29.pdf.

Corrêa de Bastos, Hilda Rumsey R. d'Almeida. 1941, outubro. O que nós queremos que as nossas raparigas sejam: Activas. *Boletim Mensal da Mocidade Portuguesa Feminina*. Disponível em: https://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/MocidPortFeminina/MocidadePortuguesaFemininaN30/MocidadePortuguesaFemininaN30_master/N30.pdf.

Corrêa de Bastos, Hilda Rumsey R. d'Almeida. 1941, novembro. O que nós queremos que as nossas raparigas sejam: Boas. *Boletim Mensal da Mocidade Portuguesa Feminina*. https://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/MocidPortFeminina/MocidadePortuguesaFemininaN31/MocidadePortuguesaFemininaN31_master/N31.pdf.

Cova, Anne, & Costa Pinto, António. O salazarismo e as mulheres: uma abordagem comparativa. In: *Penélope: Género, discurso e guerra*, 17, 71-94.

Decreto Lei n.º 26:611/1936. Aprova o regimento da Junta Nacional da Educação. *Diário da República. I Série. N.º 116*. (1936-05-19): 536-547. Disponível em: <https://files.dre.pt/1s/1936/05/11600/05360547.pdf>.

Decreto n.º 26:893. Aprova os Estatutos da Obra das Mães pela Educação Nacional (O.M.E.N.). *Diário do Governo. I Série. N.º 191*. (1936-08-15): 981-984. Disponível em: <https://files.diariodarepublica.pt/gratuitos/1s/1936/08/19100.pdf>.

Decreto n.º 28:262/1937. Aprova o regulamento da organização nacional Mocidade Portuguesa Feminina (M. P. F.). *Diário do Governo, Série I* (1937-12-08): 1379-1383. Disponível em: <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto/28262-1937-435438>

Leal, Maria Joana Mendes (1939, junho). Recordando o Passado. *Mocidade Portuguesa Feminina: Boletim Mensal*, 2, s.p. Disponível em: https://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/MocidPortFeminina/MocidadePortuguesaFemininaN02/MocidadePortuguesaFemininaN02_master/N02.pdf.

Mocidade Portuguesa Feminina (1939). Recordando o passado. *Mocidade Portuguesa Feminina: Boletim Mensal*, 1, s.p. Disponível em: https://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/MocidPortFeminina/MocidadePortuguesaFemininaN01/MocidadePortuguesaFemininaN01_master/N01.pdf.

Mocidade Portuguesa Feminina. 1939. STELLA. *Mocidade Portuguesa Feminina: Boletim Mensal*, 5, s.p. Disponível em: https://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/MocidPortFeminina/MocidadePortuguesaFemininaN05/MocidadePortuguesaFemininaN05_master/N05.pdf. Pimentel, Irene Flunser. 2001. *História das Organizações Femininas do Estado Novo*. Lisboa: Temas e Debates.

Pimentel, Irene Flunser. 1996. *Contributos para a história das mulheres no Estado Novo: as organizações femininas do Estado Novo: a “Obra das Mães pela Educação Nacional” e a “Mocidade Portuguesa Feminina”: 1936-1966*. Dissertação de Mestrado. Universidade Nova de Lisboa. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10362/115845>

Roque, Susana Maria. 2012. *Bilinguismo: vantagens e mais-valias para a tradução interlingue. A reescrita de alguns capítulos de Mocidade Portuguesa Feminina de Irene Flunser Pimentel*. Trabalho Projeto. Universidade de Évora. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10174/14771>

Roldão, Helena. 2014, maio 2. Mocidade Portuguesa Feminina: boletim mensal. In: *Hemeroteca Municipal de Lisboa*. Disponível em: <https://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/FichasHistoricas/MocidadePortuguesaFeminina.pdf>.